



Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.2 Certificados			
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	21/05/2020	N/D <sup>23</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	22/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	21/05/2020	N/D <sup>24</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	21/05/2020	Nada consta	

<sup>23</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 01.979.507/0001-00 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 21/05/2020.

<sup>24</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 21/05/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>25</sup>				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>26</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos					
COMPROT		N/A					
CADE		N/A					
CVM		N/A					
TCU		N/A					

<sup>25</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>26</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais <sup>27</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>28</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
CNPJ.Word <sup>29</sup>	N/I	Parceria com ATI em questão	Informação proveniente de website de busca de CNPJ indica que o presidente do NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens seria Paulo Henrique Viana, que seria também presidente da Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência
FDO Documentos <sup>30</sup>	N/I	Possível atividade da empresa	Publicação do portal de documentos FDO Documentos, reporta que a Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência teria sido citada em artigo "GEOMORFOLOGIA APLICADA À ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES", "Em outubro de 2008 houve a pedido da prefeitura municipal de Pedra do Anta uma audiência pública, e novamente a população atingida se manifestou contra o empreendimento, a AMABCP (Associação dos Moradores Atingidos por Barragem de Cachoeira da Previdência) apresentou junto com o NACAB alguns erros existentes no EIA do projeto da PCH, erros que demonstraram a inviabilidade do projeto, nesse sentido a SUPRAM- ZM decidiu pelo indeferimento da Licença Prévia do projeto".
Assembleia Legislativa de Minas Gerais <sup>31</sup>	30/10/2002	Possível atividade da empresa	Publicação do portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que a Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência teria participado sido parte da 122ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da Casa: "representantes da Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Cachoeira da Previdência - AMABCP -, solicitando apoio da Comissão para defender os atingidos e o meio ambiente em Pedra do Anta;"
Universidade	2003	Possível atividade da empresa	

<sup>27</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>28</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>29</sup> Fonte: [CNPJ Word](#). Acesso em: 29/05/2020.

<sup>30</sup> Fonte: [FDO Documentos](#). Acesso em: 29/05/2020.

<sup>31</sup> Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em: 29/05/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>28</sup>				
Federal de Viçosa <sup>32</sup>				Publicação do <i>website</i> da Universidade Federal de Viçosa reporta que a Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Providência teria sido citada em artigo "PARTICIPAÇÃO E ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE BARRAGENS HIDRELÉTRICAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS DA UHE CACHOEIRA DA PROVIDÊNCIA E UHE FUMAÇA-MG", onde teria sua história contada pela autor do artigo Leonardo Rezende, conforme citado em um dos trechos extraído do artigo: "Uma das primeiras comunidades a organizar-se em associação foi a atingida pelo projeto da UHE Cachoeira da Providência, localizada nos municípios de Pedra do Anta e Jequeri. A associação dos atingidos foi então denominada AMABCP - Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Cachoeira da Providência -, sendo este processo objeto de estudo da presente dissertação."
Universidade Federal de Viçosa <sup>33</sup>	11/2008	Possível atividade da empresa		Publicação do <i>website</i> da Universidade Federal de Viçosa reporta que a Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Providência teria sido citada em artigo "Ameaçados pela Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira da Providência - MG: Identidade territorial e redes sociais como elementos de resistência ", onde teria parte de sua história contada pela autora Aline Guizrdi, por já ter participado de um projeto de extensão oferecido pela associação, conforme citado: "Neste contexto que se inicia a mobilização da comunidade de Cachoeira da Providência contra a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) na comunidade. Este processo teve início em 1992, ano no qual se iniciou o procedimento de licenciamento ambiental do empreendimento, sendo a empresa Companhia Força e Luz Cataguazes. 1 A escolha da comunidade a ser estudada partiu da participação no projeto de extensão desta universidade, o "Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira" (PACAB), através das idas a campo em Pedra do Anta para fazer o trabalho de levantamento socioeconômico das propriedades ameaçadas pela construção da PCH Cachoeira da Providência. 11 Leopoldina (CFLCL) responsável pelo consórcio de concessão de construção da hidrelétrica. Esta conjuntura conduziu a população para uma ação reivindicatória pautada na organização e na mobilização comunitária, que repercutiu na criação de uma associação local, a Associação de Moradores Atingidos por Barragens (AMABCP)."

<sup>32</sup> Fonte: [Universidade Federal de Viçosa](http://www.ufv.br). Acesso em: 29/05/2020.

<sup>33</sup> Fonte: [Universidade Federal de Viçosa](http://www.ufv.br). Acesso em: 29/05/2020.



c) Paulo Henrique Viana

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Paulo Henrique Viana	
CPF	070.216.236-15	
Data de Nascimento	10/10/1937	
Posição	Presidente da NACAB Núcleo de Assessoria As Comunidades Atingidas por Barragens <sup>34</sup>	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>35</sup>
NACAB Núcleo de Assessoria As Comunidades Atingidas por Barragens	05.438.306/0001-48	0,00%
Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência	01.979.507/0001-00	0,00%
Sociedade Agropecuária Ltda.	25.947.466/0001-20	33,30%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A <sup>36</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	07/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

<sup>34</sup> Informação disponibilizada para elaboração do Relatório.

<sup>35</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>36</sup> A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target*.



4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D <sup>37</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I <sup>38</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente <sup>39</sup>				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>37</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020

<sup>38</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa: "A inscrição encontra-se CANCELADA". Acesso em 29/05/2020.

<sup>39</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do Target, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>40</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>40</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia <sup>41</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
NACAB <sup>42</sup>	N/I	Parcerias com ATI em questão	Publicação no portal de notícias do <i>website</i> do NACAB parabeniza Paulo Henrique Viana pelo aniversário, e cita trajetória: <i>"é parte fundamental da história do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. Natural de Pedra do Anta, Minas Gerais, traçou sua trajetória enquanto produtor rural ao longo de toda sua vida. No final da década de 1990, ao ser abordado por uma empresa hidrelétrica interessada em adquirir sua propriedade para instauração de um empreendimento, recusou-se a abrir mão de seu modo de vida em detrimento de um suposto progresso."</i>
Assembleia Legislativa de Minas Gerais <sup>43</sup>	24/09/1997	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades  Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação impressa de registro de ata da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que Paulo Henrique Viana teria sido um dos participantes da 10ª reunião extraordinária da comissão <i>"o projeto em discussão determina ampla e prévia divulgação sobre as áreas que serão atingidas por barragens e prevê fiscalização na implantação dos planos de assistência social"</i> . De acordo com a mídia, Paulo Henrique Viana seria Presidente da Associação Comunitária dos Moradores Atingidos por Barragens da Cachoeira da Providência.
Slideshare <sup>44</sup>	24/12/2013	Parcerias com ATI em questão	Publicação em Informativo do NACAB <i>"Antes que acabe"</i> cita Paulo Henrique Viana como Presidente do NACAB (Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens).

<sup>41</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>42</sup> Fonte: [NACAB](#). Acesso em 29/05/2020.

<sup>43</sup> Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 29/05/2020.

<sup>44</sup> Fonte: [Slideshare](#). Acesso em 29/05/2020.





Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

**Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE**

**Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024**

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S** (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente à Paulo Henrique Viana (“Paulo”), inscrito no CPF 070.216.236-15, Sócio único e Presidente do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”), que exerce o papel de Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**



# Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

PAULO HENRIQUE VIANA

JUNHO DE 2020



Building a better  
working world

Número do documento: 20070618334056200000121981676

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334056200000121981676>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:41

Num. 123307173 - Pág. 36



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

---

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

**ÍNDICE**

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES .....	2
1. ESCOPO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO .....	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
4. RESULTADOS .....	8



## ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



## 1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Paulo Henrique Viana", ("Paulo Viana", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 070.216.236-15, e com relação às entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência ("AMABCP")	Pessoa Jurídica	01.979.507/0001-00
NACAB Núcleo de Assessoria As Comunidades Atingidas Por Barragens ("NACAB")	Pessoa Jurídica	05.438.306/0001-48
Novita Viana	Pessoa Física	025.100.156-30



## 2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

- 2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 18 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:
- 2.1.1. Registros corporativos;
  - 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
  - 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
  - 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
  - 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
  - 2.1.6. Registros de filiação partidária;
  - 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
  - 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
  - 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
  - 2.1.10. Registros de mídias digitais;
- 2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:
- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
  - 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
  - 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
  - 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
    - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
    - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
    - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: “e-saj”, “Projudi”, “PJe”, etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
    - Os resultados quantitativos dos processos na sessão “Processos Judiciais e Administrativos” são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de



dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa (“localização atual”). Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
  - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitados ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
  - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
  - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
  - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
  - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
  - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
  - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;



- Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;
- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentados neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Paulo Viana
Interações com agentes públicos ou administração pública		Paulo Viana AMABCP NACAB
Parcerias com ATI em questão		Paulo Viana AMABCP
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		AMABCP NACAB
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	NACAB
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		NACAB
Relação com Vale		NACAB





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

#### 4. RESULTADOS

##### a) Paulo Henrique Viana

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Paulo Henrique Viana	
CPF	070.216.236-15	
Data de Nascimento	10/10/1937	
Posição	Presidente da NACAB - Núcleo de Assessoria As Comunidades Atingidas por Barragens <sup>1</sup>	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>2</sup>
NACAB - Núcleo de Assessoria As Comunidades Atingidas por Barragens	05.438.306/0001-48	0,00%
Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência	01.979.507/0001-00	0,00%
Sociedade Agropecuária Ltda.	25.947.466/0001-20	33,30%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A <sup>3</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	07/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

<sup>1</sup> Informação disponibilizada para elaboração do Relatório.

<sup>2</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>3</sup> A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao Target.



4.2 Certificados			
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	06/05/2020		N/D <sup>4</sup>
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I <sup>5</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente <sup>6</sup>				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	

<sup>4</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

<sup>5</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa: "A inscrição encontra-se CANCELADA". Acesso em 29/05/2020.

<sup>6</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do Target, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.4 Vínculos Políticos			
N/I	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>7</sup>			
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo
N/I	N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>8</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			

<sup>7</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>8</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>8</sup>		
CVM	N/A	N/I
TCU	N/A	N/I

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>9</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
NACAB <sup>10</sup>	N/I	Parcerias com ATI em questão	Publicação no portal de notícias do <i>website</i> do NACAB parabeniza Paulo Henrique Viana pelo aniversário, e cita trajetória: “ <i>é parte fundamental da história do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. Natural de Pedra do Anta, Minas Gerais, traçou sua trajetória enquanto produtor rural ao longo de toda sua vida. No final da década de 1990, ao ser abordado por uma empresa hidrelétrica interessada em adquirir sua propriedade para instauração de um empreendimento, recusou-se a abrir mão de seu modo de vida em detrimento de um suposto progresso.</i> ”
Assembleia Legislativa de Minas Gerais <sup>11</sup>	24/09/1997	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades  Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação impressa de registro de ata da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que Paulo Henrique Viana teria sido um dos participantes da 10ª reunião extraordinária da comissão “ <i>o projeto em discussão determina ampla e prévia divulgação sobre as áreas que serão atingidas por barragens e prevê fiscalização na implantação dos planos de assistência social</i> ”. De acordo com a mídia, Paulo Henrique Viana seria Presidente da Associação Comunitária dos Moradores Atingidos por Barragens da Cachoeira da Providência.
Slideshare <sup>12</sup>	24/12/2013	Parcerias com ATI em questão	Publicação em Informativo do NACAB “ <i>Antes que acabe</i> ” cita Paulo Henrique Viana como Presidente do NACAB (Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens).

<sup>9</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>10</sup> Fonte: [NACAB](#). Acesso em 29/05/2020.

<sup>11</sup> Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 29/05/2020.

<sup>12</sup> Fonte: [Slideshare](#). Acesso em 29/05/2020.



b) Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Providência

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Providência		
Nome Fantasia	AMABCP		
CNPJ	01.979.507/0001-00 <sup>13</sup>		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	94.308-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	16/05/1997		
Endereço	Fazenda Cacheira Da Providência, Sem Número, Zona Rural, Pedra do Anta - MG, CEP: 36585000		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website <sup>14</sup>	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação <sup>15</sup>	Função/Cargo
Paulo Henrique Viana	07021623615	N/I	Presidente
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>16</sup>	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

<sup>13</sup> A busca realizada junto à Receita Federal informa que a Empresa se encontra: "Inapta por Omissão de Declarações", datada em 23/01/2019. Acesso em 25/05/2020.

<sup>14</sup> A busca de websites é limitada ao nome do Target e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o Target. Acesso em 21/05/2020.

<sup>15</sup> O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>16</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	21/05/2020	N/D <sup>17</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	22/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	21/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	21/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	21/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	21/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	21/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	21/05/2020	N/D <sup>18</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	21/05/2020	Nada consta	

<sup>17</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 01.979.507/0001-00 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 21/05/2020.

<sup>18</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 21/05/2020.





4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>19</sup>				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>20</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/I	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

<sup>19</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>20</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais <sup>21</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>22</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
CNPJ.World <sup>23</sup>	N/I	Parceria com ATI em questão	Informação proveniente de <i>website</i> de busca de CNPJ indica que o presidente do NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens seria Paulo Henrique Viana, que seria também presidente da Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência
FDO Documentos <sup>24</sup>	N/I	Possível atividade da empresa	Publicação do portal de documentos FDO Documentos, reporta que a Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência teria sido citada em artigo "GEOMORFOLOGIA APLICADA À ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES", "Em outubro de 2008 houve a pedido da prefeitura municipal de Pedra do Anta uma audiência pública, e novamente a população atingida se manifestou contra o empreendimento, a AMABCP (Associação dos Moradores Atingidos por Barragem de Cachoeira da Previdência) apresentou junto com o NACAB alguns erros existentes no EIA do projeto da PCH, erros que demonstraram a inviabilidade do projeto, nesse sentido a SUPRAM- ZM decidiu pelo indeferimento da Licença Prévia do projeto".
Assembleia Legislativa de Minas Gerais <sup>25</sup>	30/10/2002	Interações com agentes públicos ou administração pública Possível atividade da empresa	Publicação do portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que a Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Previdência teria sido parte da 122ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos da Casa: "representantes da Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Cachoeira da Previdência - AMABCP -, solicitando apoio da Comissão para defender os atingidos e o meio ambiente em Pedra do Anta;"

<sup>21</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>22</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>23</sup> Fonte: [CNPJ World](http://CNPJ.World). Acesso em 29/05/2020.

<sup>24</sup> Fonte: [FDO Documentos](http://FDO.Documentos). Acesso em 29/05/2020.

<sup>25</sup> Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](http://Assembleia Legislativa de Minas Gerais). Acesso em 29/05/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>22</sup>			
Universidade Federal de Viçosa <sup>26</sup>	2003	Possível atividade da empresa	Publicação do <i>website</i> da Universidade Federal de Viçosa reporta que a Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Providência teria sido citada em artigo <i>"PARTICIPAÇÃO E ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE BARRAGENS HIDRELÉTRICAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS DA UHE CACHOEIRA DA PROVIDÊNCIA E UHE FUMAÇA-MG"</i> , no qual teria sua história contada pela autor do artigo Leonardo Rezende, conforme citado em um dos trechos extraído do artigo: <i>"Uma das primeiras comunidades a organizar-se em associação foi a atingida pelo projeto da UHE Cachoeira da Providência, localizada nos municípios de Pedra do Anta e Jequeri. A associação dos atingidos foi então denominada AMABCP - Associação dos Moradores Atingidos pela Barragem de Cachoeira da Providência -, sendo este processo objeto de estudo da presente dissertação."</i>
Universidade Federal de Viçosa <sup>27</sup>	11/2008	Possível atividade da empresa	Publicação do <i>website</i> da Universidade Federal de Viçosa reporta que a Associação dos Moradores Atingidos Pela Barragem da Cachoeira da Providência teria sido citada em artigo <i>"Ameaçados pela Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira da Providência - MG: Identidade territorial e redes sociais como elementos de resistência"</i> , no qual teria parte de sua história contada pela autora Aline Guizrdi, por já ter participado de um projeto de extensão oferecido pela associação, conforme citado: <i>"Neste contexto que se inicia a mobilização da comunidade de Cachoeira da Providência contra a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) na comunidade. Este processo teve início em 1992, ano no qual se iniciou o procedimento de licenciamento ambiental do empreendimento, sendo a empresa Companhia Força e Luz Cataguazes. 1 A escolha da comunidade a ser estudada partiu da participação no projeto de extensão desta universidade, o "Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira" (PACAB), através das idas a campo em Pedra do Anta para fazer o trabalho de levantamento socioeconômico das propriedades ameaçadas pela construção da PCH Cachoeira da Providência. 11 Leopoldina (CFLCL) responsável pelo consórcio de concessão de construção da hidrelétrica. Esta conjuntura conduziu a população para uma ação reivindicatória pautada na organização e na mobilização comunitária, que repercutiu na criação de uma associação local, a Associação de Moradores Atingidos por Barragens (AMABCP)."</i>

<sup>26</sup> Fonte: [Universidade Federal de Viçosa](http://www.univice.br). Acesso em 29/05/2020.

<sup>27</sup> Fonte: [Universidade Federal de Viçosa](http://www.univice.br). Acesso em 29/05/2020.



c) NACAB - Núcleo de Assessoria as Comunidades Atingidas por Barragens

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	NACAB- Núcleo de Assessoria as Comunidades Atingidas por Barragens		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	05.438.306/0001-48		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CNAE Secundário	94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	22/11/2002		
Endereço	Rua Benjamim Araujo, 56, Sala: 404, Centro, Viçosa - MG, CEP: 36.570-001		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website <sup>28</sup>	<a href="#">NACAB</a>		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação <sup>29</sup>	Função/Cargo
Paulo Henrique Viana	070.216.236-15	0,00%	Presidente
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>30</sup>	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	29/05/2020	Nada consta

<sup>28</sup> A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 21/05/2020.

<sup>29</sup> O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>30</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.2 Certificados			
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	07/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	21/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D <sup>31</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor

<sup>31</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>32</sup>				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>33</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	08	N/A	N/A	N/A	05	03
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	02	01	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes

<sup>32</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>33</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010416-10.2015.5.03.0158	N/I	N/I	N/I	Autor: Vinicius Wagner da Silva, Réu: NACAB Núcleo Assessoria Comunidades Atingidas Por Barragens
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0321577-74.2004.8.13.0521	02/04/2004	N/I	Ação Civil Publica	Ativa: NACAB Núcleo Assessoria Comunidades Atingidas Por Barragens, Passiva: Consorcio Candonga, Outro: Município De Santa Cruz Do Escalvado, Companhia Vale Do Rio Doce, Município De Rio Doce, Alcan Alumínio Do Brasil Ltda, Estado De Minas Gerais.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0429500-28.2005.8.13.0521	15/02/2005	N/I	Ação Civil Publica	Ativa: NACAB Núcleo Assessoria Comunidades Atingidas Por Barragens, Passiva: Alcan Alumínio Do Brasil Ltda, Outro: Companhia Vale Do Rio Doce, Consorcio Candonga
Superior Tribunal de Justiça	2009/0021241-7	04/08/2009	Admissibilidade/Agravo/Presidente.	Agravo de Instrumento	Agravante: NACAB Núcleo De Assessoria As Comunidades Atingidas Por Barragens E Outros. Agravado: Cat Leo Industria E Serviços De Energia S.A. E Outros
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0010271-29.2010.8.13.0439	04/02/2010	Funcionamento De Estabelecimentos Empresariais / Licenças / Atos Administrativos / Direito Administrativo E Outras Matérias De Direito Público	Ação Civil Publica	Ativa: NACAB Núcleo Assessoria Comunidades Atingidas Por Barragens, Passiva: Estado de Minas Gerais, Barra do Braúna Energética S.A.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0047640-29.2015.8.13.0521	09/04/2015	Liminar / Processual Civil / Medida Cautelar	Ação Civil Publica	Ativa: NACAB Núcleo Assessoria Comunidades Atingidas Por Barragens, Passiva: Estado de Minas Gerais, Novelis do Brasil Ltda.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0197171-92.2015.8.13.0521	17/11/2015	Liminar / Processual Civil / Medida Cautelar	Ação Civil Publica	Ativa: NACAB Núcleo Assessoria Comunidades Atingidas Por Barragens, Passiva: Samarco Mineração S.A., Vale S.A., BHP Billiton Brasil Ltda.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0005687-51.2016.8.13.0521	22/01/2016	Liminar / Processual Civil / Medida Cautelar	Ação Civil Publica	Ativa: NACAB Núcleo Assessoria Comunidades Atingidas Por Barragens, Passiva: Samarco Mineração S.A.
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0011045-23.2016.4.01.3800	29/02/2016	Dano Ambiental	Ação Civil Publica	Ativa: NACAB núcleo Assessoria Comunidades Atingidas Por Barragens, Passiva: Samarco Mineração S.A., Outro: Ministério Público Federal
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5038515-51.2016.8.13.0024	16/03/2016	Direito Processual Civil E Do Trabalho - Objetos De Cartas	Carta Precatória Cível	Autor: NACAB- Núcleo De Assessoria As Comunidades Atingidas Por Barragens, Réu: Estado De Minas Gerais



4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
			Precatórias/De Ordem - Citação		
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5000468-57.2019.8.13.0685	25/07/2019	Direito Administrativo E Outras Matérias De Direito Público - Meio Ambiente - Revogação/Concessão De Licença Ambiental	Ação Civil Pública	Autor: NACAB- Núcleo De Assessoria As Comunidades Atingidas Por Barragens, Ministério Público - MPMG, Réu: Zona Da Mata Mineração S.A., Estado De Minas Gerais
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5123952-55.2019.8.13.0024	20/08/2019	Direito Processual Civil E Do Trabalho - Objetos De Cartas Precatórias/De Ordem - Citação	Carta Precatória Cível	Autor: NACAB- Núcleo De Assessoria As Comunidades Atingidas Por Barragens, Réu: Estado De Minas Gerais

4.6 Registros de Mídia <sup>34</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Prosas <sup>35</sup>	N/I	Possível atividade da empresa	Publicação do portal Prosas informa descrição sobre o NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, conforme é possível observar nos trechos do portal, "O NACAB foi fundado em 2002 por um grupo de profissionais de múltiplas áreas que vinham atuando na assessoria às comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos, projetados nas bacias hidrográficas da Zona da Mata - MG. A partir de meados da década de 90 houve uma intensificação de projeção dessas obras e onde estas foram construídas se desencadeou diversos impactos socioculturais, econômicos e ambientais às famílias de agricultores - incluindo a perda de suas terras férteis e a iniciação do processo de desestruturação social e violação de direitos humanos - fenômeno que fora observado em outras regiões do país e do estado de Minas Gerais". "Em meio a este contexto, a organização se fortaleceu com a assessoria às prefeituras e comunidades atingidas pelos impactos socioeconômicos e ambientais de barragens, e ao longo de sua existência atuou em aproximadamente 20 municípios da sub-bacia do Alto Rio Doce, e

<sup>34</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>35</sup> Fonte: [Prosas](#). Acesso em 22/05/2020.





4.6 Registros de Mídia <sup>34</sup>			
			<i>atualmente ampliou seu trabalho em mais 3 municípios da bacia do Paraíba do Sul, Zona da Mata Mineira. Cita-se, por exemplo, os diversos casos de conflitos ambientais oriundos da instalação de barragens nesses municípios: as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs de Fumaça, Covanca (rio Gualaxo do Sul), Emboque, Granada (rio Matipó), Cachoeira da Providência, Cachoeira Grande, Cachoeira Escura (rio Casca), Pontal, Brito (rio Piranga) e as Usinas Hidrelétricas - UHEs Brecha, Pilar, Jurumirim, Baú I, Candonga (rio Piranga) e Barra do Braúna (rio Pomba (...))</i>
Governo do Estado de Minas Gerais <sup>36</sup>	25/08/2008	Possível atividade da empresa Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal do Governo do Estado de Minas Gerais disponibiliza ata do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, na qual o NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens esteve presente, representada por Leonardo Resende.
UOL <sup>37</sup>	24/11/2015	Possível atividade da empresa	Publicação do portal de notícias UOL informa que o NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens teria apresentado recursos na ação movida contra a mineradora Samarco por danos ambientais coletivos. "A decisão atende a recurso (agravo de instrumento) apresentado pelo Nacab (Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens), que alegou não ter o objetivo de discutir 'todos os impactos ambientais causados pelo desabamento das barragens, mas sim aqueles nos limites dos municípios de Barra Longa (MG), Rio Doce (MG), Santa Cruz do Escalvado (MG) e Ponte Nova (MG)'. No pedido à Justiça, a Nacab afirma ainda que uma ação em Belo Horizonte iria representar um empecilho ao acompanhamento do caso, com as dificuldades para os moradores desses municípios de se deslocarem até a capital mineira".
Fundo Brasil <sup>38</sup>	05/09/2018	Possível atividade da empresa	Publicação do portal Fundo Brasil "informa o resultado preliminar do processo de credenciamento das organizações sem fins lucrativos candidatas a prestar serviço de assessoria técnica aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG", Observa-se o NACAB entre entidades relacionadas para os Territórios da Microrregião de Rio Casca e Adjacências (MG) e da Região de Influência do Parque Estadual do Rio Doce e sua Zona de Amortecimento (MG).

<sup>36</sup> Fonte: [Governo do Estado de Minas Gerais](http://governo.mg.gov.br). Acesso em 22/05/2020.

<sup>37</sup> Fonte: [UOL](http://www.uol.com.br). Acesso em 22/05/2020.

<sup>38</sup> Fonte: [Fundo Brasil](http://www.fundo.org.br). Acesso em 22/05/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>34</sup>			
Fundação Israel Pinheiro <sup>39</sup>	2019	Possível atividade da empresa	Publicação do portal da Fundação Israel Pinheiro informa a contratação de assessoria técnica independente e multidisciplinar, "a fim de subsidiar a participação ampla e informada de todas as comunidades em todos os planos, programas e ações de responsabilidades do empreendedor junto às comunidades que sofreram ou sofrerem algum dano ou que tenham seu modo de viver afetado pelo empreendimento, devendo contemplar, no mínimo, as comunidades de Água Quente, Beco, Turco, Cabeceira do Turco, Córregos, Gondó, Itapanhoacanga, Passa Sete, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), São José do Jassem, São José do Arruda, São José da Ilha e Taporoco". O Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - NACAB está listado entre instituições citadas na publicação.
NACAB <sup>40</sup>	25/07/2019	Possível atividade da empresa	Publicação do portal do NACAB informa que o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - NACAB "interpôs ação civil pública na comarca de Teixeiras buscando anular a licença ambiental concedida pelo Estado de Minas Gerais para operação da mineradora 'Zona da Mata Mineração', bem como para determinar que novos estudos ambientais sejam feitos e que ocorra a realização de audiência pública".
Primeiro Saber <sup>41</sup>	13/08/2019	Possível atividade da empresa	Publicação do portal Primeiro Saber reporta que o NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens "entrou com ação civil pública contra a ZMM (Zona da Mata Mineração SA)". A mídia cita que "a mesma foi acatada pela comarca de Teixeiras, obrigando a ZMM a interromper suas atividades num período de 15 dias, no qual a desobediência acarretará uma multa de 50 mil reais ao dia para a empresa".
Governo do Estado de Minas Gerais <sup>42</sup>	11/10/2019	Possível atividade da empresa Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal do Governo do Estado de Minas Gerais, relativo a parecer de Licenciamento Ambiental da empresa Anglo American Minério de Ferro S/A. O parecer cita que "o Ministério Público de Minas Gerais indicou 3 (três) Assessorias Técnicas, que fizeram suas apresentações às comunidades, tendo sido o NACAB escolhido pelos presentes em reunião ocorrida em junho de 2018. Entretanto, desde o início das negociações, restou condicionada a validação desta escolha à avaliação de adequação técnica da entidade escolhida aos critérios estabelecidos em conjunto pelo SEMAD e o Ministério Público de Minas

<sup>39</sup> Fonte: [Fundação Israel Pinheiro](#). Acesso em 22/05/2020.

<sup>40</sup> Fonte: [NACAB](#). Acesso em 22/05/2020.

<sup>41</sup> Fonte: [Primeiro Saber](#). Acesso em 22/05/2020.

<sup>42</sup> Fonte: [Governo do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/05/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>34</sup>			
			<i>Gerais, MPMG, - consubstanciado no Edital de Chamamento. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: A demora no processo de contratação da Assessoria Técnica Independente deu-se em função de processo de negociação envolvendo a SEMAD, o Ministério Público de Minas Gerais e a empresa Anglo American. No dia 03 de dezembro de 2018 ocorreu reunião entre SEMAD, Ministério Público, Anglo American e NACAB, para debater sobre o Plano de Trabalho e definir novos passos a serem seguidos. A ATI para as comunidades de São Sebastião do Bonsucesso (Sapo), Beco, Turco e Cabeceira do Turco, NACAB, foi contratada e já está executando as atividades definidas no Plano de Trabalho."</i>
GRnews <sup>43</sup>	20/10/2019	Possível atividade da empresa	Publicação do portal de notícias GRnews informa que o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - NACAB, representado por Luiz Fontes, participou de reunião do Comitê de Gestão e Avaliação de Resposta ao Desastre, criado pelo município de Brumadinho e formado por representantes de vários segmentos da sociedade civil para avaliar medidas tomadas pela Mineradora Vale S.A. após o rompimento de barragem em Brumadinho.
NACAB <sup>44</sup>	12/02/2020	Possível atividade da empresa Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal do NACAB informa que o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens "esteve presente na audiência pública que ocorreu, na cidade de Raul Soares, para debater os efeitos das barragens de Emboque e Granada no agravamento das cheias do rio Matipó"
Migalhas <sup>45</sup>	20/02/2020	Possível atividade da empresa	Publicação do portal de notícias Migalhas, escrito por Leonardo Pereira Rezende, informa que o NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens interpôs duas ações civis públicas "Uma para buscar reparação de danos aos municípios de Ponte Nova, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e outra para discutir os impactos à comunidade de Gerônimo (em Santa Cruz do Escalvado) que sofreu danos pela colocação de rejeitos do acidente em local próximo à comunidade e onde existiam nascentes d'água", ambas relacionadas ao acidente ambiental da Samarco.

<sup>43</sup> Fonte: [GRnews](#). Acesso em 22/05/2020.

<sup>44</sup> Fonte: [NACAB](#). Acesso em 22/05/2020.

<sup>45</sup> Fonte: [Migalhas](#). Acesso em 22/05/2020.



d) Novita Viana

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Novita Viana	
CPF	025.100.156-30 <sup>46</sup>	
Data de Nascimento	09/11/1902	
Posição	Mãe de Paulo Henrique Viana	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>47</sup>
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	N/D <sup>48</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A <sup>49</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade

<sup>46</sup> Em pesquisa à fonte de dados públicos identificou-se que o CPF de Novita Viana se encontra suspenso: "CPF 025.100.156-30 - inscrição suspensa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB em 08/03/2009". Acesso em 10/06/2020.

<sup>47</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>48</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "CPF 025.100.156-30 - inscrição suspensa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB em 08/03/2009. Para maiores esclarecimentos, consulte a página Cadastro da Pessoa Física - CPF". Acesso em 10/06/2020.

<sup>49</sup> A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao Target em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	09/06/2020	N/D <sup>50</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	09/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D <sup>51</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente <sup>52</sup>				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>53</sup>				

<sup>50</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 10/06/2020.

<sup>51</sup> Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral." Acesso em 10/06/2020.

<sup>52</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>53</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

#### 4.4 Vínculos Políticos

Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo
N/I	N/A	N/A	N/A

#### 4.5 Processos Judiciais e Administrativos<sup>54</sup>

Processos Judiciais		Categorização dos Processos Judiciais					
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT	N/A			N/I			
CADE	N/A			N/I			
CVM	N/A			N/I			
TCU	N/A			N/I			

#### 4.5.1 Processos Judiciais<sup>55</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)

Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
----------------------------	--------------------	----------------------	---------	--------	--------

<sup>54</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>55</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5.1 Processos Judiciais <sup>55</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>56</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

<sup>56</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

**Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE**

**Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024**

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”)**, ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente à Roberta Neves Fontes (“Roberta”), inscrita no CPF 087.108.776-65, Bacharel em Direito, integrante da Equipe Técnica Autoral do Plano de Trabalho da Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3 – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”)<sup>1</sup>.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**

<sup>1</sup> De acordo com informações compartilhadas pelo NACAB à EY, esse terceiro não atuará mais no âmbito da ATI 3.





# Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

ROBERTA NEVES FONTES

JUNHO DE 2020



Building a better  
working world

Número do documento: 20070618334056200000121981676

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334056200000121981676>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:41

Num. 123307173 - Pág. 67



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

---

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

**ÍNDICE**

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES .....	2
1. ESCOPO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO .....	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
4. RESULTADOS .....	8



## ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano

## 1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Roberta Neves Fontes", ("Roberta Fontes", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 087.108.776-65, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Canela Natureza Clube ("Canela Clube")	Pessoa Jurídica	22.806.702/0001-08
João Marcelo Sabino de Oliveira ("João Oliveira")	Pessoa Física	051.183.746-18
Luiz Eduardo Ferreira Fontes ("Luiz Fontes")	Pessoa Física	166.980.616-20



## 2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 01 de junho de 2020 a 12 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
  - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
  - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
  - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
  - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
  - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
  - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
  - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
  - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
  - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
  - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
  - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
  - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.





### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Luiz Fontes
Filiação partidária	4.4	Luiz Fontes
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Roberta Fontes Luiz Fontes
Interações com agentes públicos ou administração pública		Roberta Fontes Luiz Fontes
Parcerias com ATI em questão		Luiz Fontes
Outras Parcerias		Luiz Fontes
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	Luiz Fontes
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Roberta Fontes Luiz Fontes
Relação com Vale		-





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

#### 4. RESULTADOS

##### a) Roberta Neves Fontes

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Roberta Neves Fontes	
CPF	087.108.776-65	
Data de Nascimento	30/10/1990	
Posição	Integrante da Equipe Técnica Multidisciplinar <sup>1</sup>	
Endereço	Avenida Santa Rita, 82, Viçosa - MG, CEP: 36.570-000	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>2</sup>
Canela Natureza Clube	22.806.702/0001-08	N/I
Pro-Ambiente Ltda.	07.025.535/0001-66	15,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	08/05/2020	N/D <sup>3</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais

<sup>1</sup> Informação disponibilizada para elaboração do relatório.

<sup>2</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>3</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "Contribuinte inscrito no cadastro de ICMS: para imprimir sua certidão é necessário realizar o Login no SIARE com sua senha de acesso."





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D <sup>4</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente <sup>5</sup>				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

<sup>4</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.

<sup>5</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>6</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais <sup>7</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0062166-02.2018.8.13.0713	24/10/2018	Acidente De Trânsito / Civil / Indenização Por Dano Material / Responsabilidade Civil	Procedimento Do Juizado Especial Cível	Ativa: Roberta Neves Fontes, Luiz Eduardo Ferreira Fontes, Passiva: Localiza Rent A Car S.A., Marcio Flavio De Carvalho Cunha.

<sup>6</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>7</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia <sup>8</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes <sup>9</sup>	2009 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Roberta Neves Fontes seria graduada em direito pela Universidade Federal de Viçosa, UFV. Última atualização em 02/07/2017.
	2009 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Roberta Neves Fontes teria atuado como estagiária bolsista na Ambiente Brasil Centro de Estudos, AMBIENTE BRASIL com carga horária de 20. Última atualização em 02/07/2017.
	2011 - 2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Roberta Neves Fontes teria atuado como estagiária bolsista no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, TJMG com carga horária de 20. Última atualização em 02/07/2017.
	2013 - 2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Roberta Neves Fontes teria atuado como estagiária bolsista na Prefeitura Municipal de Viçosa, PMV com carga horária de 20. Última atualização em 02/07/2017.
	2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Roberta Neves Fontes estaria com mestrado em andamento em extensão rural pela Universidade Federal de Viçosa, UFV. Última atualização em 02/07/2017.
Revista Espacios <sup>10</sup>	15/03/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Segundo o portal de notícias Revista Espacios, Roberta Neves Fontes teria escrito um artigo sobre "As representações da mídia sobre o rompimento da barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais."

<sup>8</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>9</sup> Fonte: [Lattes](#). Acesso em 05/06/2020.

<sup>10</sup> Fonte: [Revista Espacios](#). Acesso em 06/05/2020.



b) Canela Natureza Clube

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Canela Natureza Clube		
Nome Fantasia	Canela Natureza Clube		
CNPJ	22.806.702/0001-08		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	18/05/2015		
Endereço	Entrada particular, Km 640 da BR, 120, Canela, Sem Número, Zona Rural, Viçosa - MG, CEP: 36.570-001		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website <sup>11</sup>	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação <sup>12</sup>	Função/Cargo
Roberta Neves Fontes	087.108.776-65	0,00%	Presidente
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>13</sup>	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta

<sup>11</sup> A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 01/06/2020.

<sup>12</sup> O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>13</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.2 Certificados			
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	01/06/2020	N/D <sup>14</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>15</sup>				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	

<sup>14</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 01/06/2020.

<sup>15</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.4 Vínculos Políticos			
N/I	N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>16</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais <sup>17</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>16</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>17</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.







São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.6 Registros de Mídia <sup>18</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

<sup>18</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



c) João Marcelo Sabino de Oliveira

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	João Marcelo Sabino de Oliveira	
CPF	051.183.746-18	
Data de Nascimento	28/12/1978	
Posição	N/I	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>19</sup>
E-BMS Softwares Ltda.	24.501.333/0001-62	98,00%
João Marcelo Sabino de Oliveira 05118374618	20.416.775/0001-50	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	N/D <sup>20</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A <sup>21</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	02/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta

<sup>19</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>20</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 051.183.746-18 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet." Acesso em 01/06/2020.

<sup>21</sup> A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao Target em âmbito nacional.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade			
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	01/06/2020	N/D <sup>22</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente <sup>23</sup>				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>24</sup>	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

<sup>22</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 01/06/2020.

<sup>23</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>24</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>24</sup>							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais <sup>25</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>26</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

d) Luiz Eduardo Ferreira Fontes

<sup>25</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>26</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Luiz Eduardo Ferreira Fontes	
CPF	166.980.616-20	
Data de Nascimento	03/03/1954	
Posição	Pai de Roberta Neves Fontes	
Endereço	Praça Abadia, 193, Esplanada, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.280-110	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>27</sup>
Ambiente Brasil Centro de Estudos	03.106.147/0001-59	0,00%
Clube Amigos da RPPN Rubens Rezende Fontes	29.316.425/0001-96	0,00%
Fontes Meio Ambiente Ltda.	11.114.073/0001-20	55,00%
Pró-Ambiente Ltda.	07.025.535/0001-66	55,00%
Provectel - Indústria, Comércio, Desenvolvimentos e Serviços Ltda.	06.157.687/0001-50	25,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	N/D <sup>28</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	08/06/2020	N/D <sup>29</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

<sup>27</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>28</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 166.980.616-20 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 10/06/2020.

<sup>29</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "Contribuinte inscrito no cadastro de ICMS: para imprimir sua certidão é necessário realizar o Login no SIARE com sua senha de acesso. Contribuintes MEI e demais usuários não inscritos na SEF devem comparecer à Administração Fazendária indicada no comprovante do protocolo para imprimir sua certidão". Acesso em 08/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	10/06/2020		Nada consta
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Adriano Henrique Ferrarez	PC do B	Viçosa - MG	2004	BRL 300,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
PV	05/10/2011	Viçosa	MG	Regular
Pessoa Exposta Politicamente <sup>30</sup>				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

<sup>30</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>31</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	09	01	N/A	N/A	N/A	08
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/D <sup>32</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU <sup>33</sup>		N/A		04			

4.5.1 Processos Judiciais <sup>34</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0642491-24.2006.8.13.0713	06/09/2006	Indenização Por Dano Moral	Cumprimento de Sentença	Ativa: Luiz Claudio Costa, Passiva: Luiz Eduardo Ferreira Fontes, Outro: Iglesias Fernanda De Azevedo Rabelo e Outros

<sup>31</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>32</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 10/06/2020.

<sup>33</sup> As pesquisas identificaram 04 processos perante o Tribunal de Contas da União, versando sobre Prestação de Contas Anual dos Exercícios do ano de 2001, 2002 e 2003, bem como Prestação de Contas Ordinária de Fundação Universidade Federal de Viçosa relativa ao Exercício Financeiro de 2004. Todos os processos encontram-se encerrados.

<sup>34</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5.1 Processos Judiciais <sup>34</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	0003385-11.2013.4.01.3823	16/10/2013	Licença Prêmio	Procedimento Ordinário	Ativa: Luiz Eduardo Ferreira Fontes, Passiva: Universidade Federal de Viçosa
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0541731-19.2014.8.13.0024	09/04/2014	Dano ao Erário	Ação Civil de Improbidade Administrativa	Ativa: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Passiva: Luiz Eduardo Ferreira Fontes, Outro: Ambiente Brasil Centro de Estudos e outros
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0040856-76.2014.8.13.0713	04/06/2014	Intimação	Carta Precatória Cível	Ativa: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Passiva: Luiz Eduardo Ferreira Fontes, Outro: Agromidia Software e Outros
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0099027-26.2014.8.13.0713	03/09/2014	Espécies de Títulos de Crédito/ Civil/ Obrigações/ Nota Promissória	Execução de Título Extrajudicial	Ativa: Wladimir Correa Lelles, Passiva: Luiz Eduardo Ferreira Fontes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0104251-71.2016.8.13.0713	14/12/2016	Civil/ Coisas/ Condomínio Em Edifício/ Despesas Condominiais/ Propriedade	Procedimento do Juizado Especial Cível	Ativa: Luiz Eduardo Ferreira Fontes, Passiva: Fernando Antônio Ferreira Fontes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0018871-46.2017.8.13.0713	02/03/2017	Espécies de Títulos de Crédito/ Civil/ Cheque/ Obrigações	Cumprimento de Sentença / Procedimento JESP Cível	Ativa: José Alves de Battisti, Passiva: Luiz Eduardo Ferreira Fontes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0023566-43.2017.8.13.0713	10/03/2017	Processual Civil/ Objetos de Cartas Precatórias/ De Ordem/ Citação	Carta Precatória Cível	Ativa: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Passiva: Luiz Eduardo Ferreira Fontes e Outros
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0075400-85.2017.8.13.0713	15/09/2017	Espécies de Contratos/ Civil/ Agência e Distribuição/ Obrigações	Recurso Inominado	Ativa: Fernando Antônio Ferreira Fontes, Passiva: Luiz Eduardo Ferreira Fontes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0095002-62.2017.8.13.0713	11/12/2017	Espécies de Contratos/ Civil/ Obrigações	Recurso Inominado	Ativa: Luiz Eduardo Ferreira Fontes, Passiva: José Alves de Battisti





4.6 Registros de Mídia <sup>35</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Escavador <sup>36</sup>	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades  Interações com agentes públicos ou administração pública  Parcerias com ATI em questão  Outras Parcerias	Publicação do <i>website</i> Escavador reporta que Luiz Fontes seria "graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (1975), com Especialização em Sensoriamento Remoto pela UNESP (1987), Mestrado em Solos pela UFV (1978) e Doutorado em Solos pela UFV (1988). Professor Titular Voluntário da UFV (2011-2013). Assessor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Muriaé (MG) (2013). Coordenador do Curso de Engenharia Ambiental da FDV - Faculdade de Viçosa (2011-2013). Professor Titular (Aposentado) da UFV (1984-2011). Membro do Conselho Científico da revista científica <i>Vidália</i> (2008-2012); Presidente do CODEMA-Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Viçosa (2006-2011); membro do Conselho de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais Unidade Zona da Mata (2007-2011); membro da Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas do COPAM / MG (2006-2011). Presidente da Comissão de Ensino do Dep. de Solos da UFV (202-2008); Membro da Comissão de Meio Ambiente da UFV (2008-2011). Fundador da ONG Ambiente Brasil Centro de Estudos (1999-2013). Presidente e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (1995-2001). Editor da revista <i>Ação Ambiental</i> (2002-2004). Chefe do Departamento de Solos (1992-98) e Pró-Reitor de Administração (2000-2004) da UFV. Pesquisador da EMBRAPA (1976-1982) e Chefe do Laboratório de Física do Solos da EMBRAPA/SOLOS (1980-1982). Teve dezenas de orientados em níveis de I.C., Aperfeiçoamento, M.Sc. e D.Sc.. Coordenou projetos nas áreas de solos e de meio ambiente, com captação significativa de recursos. Atuou na área de Agronomia, com ênfase em Manejo e Conservação do Solo, nos seguintes temas: manejo de solos, educação ambiental e meio ambiente. Consultor de Meio Ambiente do SEBRAETEC (MG). Assessor de Meio Ambiente de diversas Prefeituras Municipais. Coordenador de diversos programas de Educação Ambiental relacionados a Unidades de Conservação, resíduos sólidos, hidrelétricas, prevenção de incêndios florestais, entre outros. Coordenou a produção de uma série de materiais de educação ambiental incluindo CDs, DVDs, Cartilhas e Livros. Coordenador Geral na elaboração dos Planos de Manejo e da Avaliação Ecológica Rápida (AER) dos Parques: PESB; Nova Baden e Serra Verde; da Floresta do Uaimií e das Grutas Maquiné e Rei do Mato, contratos firmados com o IEF. Coordenador Geral na elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Municipais de Santa Rita do Sapucaí (MG), contrato com a FIEMG. Coordenador Geral dos Estudos Técnicos Para Criação do Sistema de Áreas Protegidas (SAP) do Vetor Norte de Belo Horizonte, em Minas Gerais, contrato com o IEF. Idealizou e Coordenou o Programa de Educação Ambiental

<sup>35</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>36</sup> Fonte: [Escavador](#). Acesso em 09/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>35</sup>			
			"Vislumbrar- O Meio Ambiente Sob Um Novo Olhar", implantado nos municípios de Jeceaba, S.B Suaçuí, Entre Rios de Minas e Congonhas, MG. contratado pela Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil. Coordenou o Programa "Ambientação-Educação Ambiental em Prédios Públicos de Minas Gerais", Termo de Parceria assinado entre a FEAM e o Ambiente Brasil. Coordenou o Programa do CMRR-Centro Mineiro de Referência em Resíduos, Termo de Parceria assinado entre a FEAM e o Ambiente Brasil. É envolvido em atividades de empreendedorismo. É fundador da primeira empresa da Incubadora de Empresas de Base tecnológica da UFV. Trabalha intensamente com Gestão Ambiental Municipal, como Consultor, Capacitador e Pesquisador do tema. Apresenta palestras e oferece cursos de capacitação e aperfeiçoamento para gestores ambientais municipais e vereadores em Gestão Ambiental Municipal e Licenciamento Ambiental Municipal. Leciona no Curso de Pós Graduação de Auditoria e Perícia Ambiental, da UNIVIÇOSA. Em 2018 passou a trabalhar com Assessoria Técnica Independente a atingidos por barragens. É o Coordenador Geral da ATI 39, do NACAB, no projeto Minas-Rio, da Anglo American, em CMD. É Coordenador Geral da ATI R3, do rompimento da barragem da Vale e Brumadinho. É consultor do Centro Rosa Fortini, na ATI do território de Território de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (MG)" (sic).
Lattes <sup>37</sup>	1972 - 1975	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil.
	1976 - 1982	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido pesquisador na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, Brasil, sob o vínculo de servidor público. Carga horária: 40. Última atualização em 21/04/2020.
	1976 - 1978	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes possui Mestrado "Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) (Conceito CAPES 6)" pela Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil.
	1982 - 1988	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes possui doutorado em "Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) (Conceito CAPES 6)" pela Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil.
	1984 - 1985	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido professor auxiliar na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil, sob o vínculo de servidor público. Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 21/04/2020.
	1985 - 1988	Participação e/ou atuação em outras empresas e	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido professor

<sup>37</sup> Fonte: [Lattes](http://lattes.cnpq.br). Acesso em 12/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>35</sup>			
		Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	assistente na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil, sob o vínculo de servidor público. Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 21/04/2020.
	1987 - 1987	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes possui especialização em Sensoriamento Remoto pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.
	1988 - 1992	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido professor adjunto na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil, sob o vínculo de servidor público. Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 21/04/2020.
	1990 - 1992	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Presidente da Associação dos Docentes da UFV, ASPUV, Brasil, sob o vínculo colaborador. Carga horária: 4. Última atualização em 21/04/2020.
	1992 - 1998	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Chefe do Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil, sob o vínculo de administração superior. Carga horária: 30. Última atualização em 21/04/2020.
	1992 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido professor titular na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil. Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 21/04/2020.
	1993 - 2001	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Membro do Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, SBCS, Brasil, sob o vínculo de colaborador. Carga horária: 2. Última atualização em 21/04/2020.
	1999 - 2003	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Diretor na Ambiente Brasil Centro de Estados, Ambiente Brasil, Brasil, sob o vínculo de Fundador. Carga horária: 2. Última atualização em 21/04/2020.
	2000 - 2004	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Pró-Reitor de Administração na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil, sob o vínculo de administração superior. Carga horária: 30. Última atualização em 21/04/2020.
	2001 - 2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Conselheiro eleito do CODEMA na Prefeitura Municipal de Viçosa, PMV, Brasil, sob o vínculo de colaborador. Carga horária: 1. Última atualização em 21/04/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>35</sup>			
		Interações com agentes públicos ou administração pública	
	2003 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes seria secretário executivo na Ambiente Brasil Centro de Estados, Ambiente Brasil, Brasil, sob o vínculo de colaborador. Carga horária: 2. Última atualização em 21/04/2020.
	2005 - 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Presidente do CODEMA Nomeado pelo Prefeito a partir de eleição na Prefeitura Municipal de Viçosa, PMV, Brasil, sob o vínculo de colaborador. Carga horária: 2. Última atualização em 21/04/2020.
	2007 -2011	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Membro do Conselho Estadual de Política Ambiental - MG, COPAM, Brasil, sob o vínculo de conselheiro. Carga horária: 2. Última atualização em 21/04/2020.
	2011 - 2013	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes teria sido Professor Voluntário na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil. Carga horária: 10. Última atualização em 21/04/2020.
	2011 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes seria Diretor na Fontes Meio Ambiente Ltda. FMA, Brasil. Carga horária: 10. Última atualização em 21/04/2020.
		Outras Parcerias	
	2014 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes seria Diretor Executivo Não Remunerado na Ambiente Brasil Centro de Estados, Ambiente Brasil, Brasil. Carga horária: 10. Última atualização em 21/04/2020.
	2016 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Lattes reporta que Luiz Fontes seria "Docente na Pós-Graduação da UNIVIÇOSA" na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Viçosa, FAVIÇOSA, Brasil, sob o vínculo de professor visitante. Carga horária: 2. Última atualização em 21/04/2020.
Universidade Federal de Viçosa <sup>38</sup>	04/12/2003	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> da Universidade Federal de Viçosa apresenta a Ata de reunião nº 285 do Conselho Universitário da Universidade, na qual Luiz Fontes esteve presente como Conselheiro.
Prefeitura de Viçosa <sup>39</sup>	04/05/2006	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação da Prefeitura de Viçosa reporta a deliberação normativa número 06/2006 (que foi revogada pela deliberação normativa 02/2017) que "dispõe

<sup>38</sup> Fonte: [Universidade Federal de Viçosa](http://www.univice.br). Acesso em 09/06/2020.

<sup>39</sup> Fonte: [Prefeitura de Viçosa](http://www.prefeitura.vicosas.gov.br). Acesso em 09/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>35</sup>			
		e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	<i>sobre normas específicas para licenciamento ambiental para a atividade de movimentação de terra e afins e dá outras providências</i> , no qual Luiz Fontes é apresentado como Presidente da Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CODEMA.
Assembleia Legislativa de Minas Gerais <sup>40</sup>	23/03/2007	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta que Luiz Fontes teria participado de reunião de pronunciamento do então Deputado Estadual e Presidente da Assembleia, João Leite do partido PSDB. Conforme a mídia, o assunto do debate foi: <i>"Presta [SIC] esclarecimentos sobre a realização dos debates, dentro do painel: "Atividades Agrossilvipastoris, Biodiversidade e Escassez de Água". Informa a realização de manifestação contra o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco"</i> .
Docplayer <sup>41</sup>	11/2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação disponibilizada pelo <i>website</i> Docplayer informa sobre Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, do Governo do Estado de Minas Gerais. Segundo o documento, Luiz Fontes faria parte da equipe de coordenação geral e da avaliação ecológica rápida, representando a Ambiente Brasil Centro de Estudos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais <sup>42</sup>	26/04/2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais apresenta a Ata da 61ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Zona da Mata, a qual Luiz Fontes teria participado na condição de representante da Ambiente Brasil Centro de Estudos e membro Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.
Jornal IOF Minas Gerais <sup>43</sup>	11/06/2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Jornal IOF Minas Gerais reporta a Portaria nº 426 de 10 de junho de 2011, a qual inclui Luiz Fontes como representante da Ambiente Brasil Centro de Estudos no <i>"Termo de Parceria nº 020/2008, celebrado entre o ESTADO DE MINAS GERAIS por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente-FEAM e a AMBIENTE BRASIL CENTRO DE ESTUDOS, qualificada como OSCIP"</i> (sic).

<sup>40</sup> Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 09/06/2020.

<sup>41</sup> Fonte: [Docplayer](#). Acesso em 12/06/2020.

<sup>42</sup> Fonte: [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais](#). Acesso em 12/06/2020.

<sup>43</sup> Fonte: [Jornal IOF Minas Gerais](#). Acesso em 12/06/2020.



Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

**Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE**

**Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024**

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”)**, ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente à Sérgio Rodrigo Soares Viana (“Sérgio”), inscrito no CPF 865.381.606-20, Coordenador Administrativo e Financeiro na Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3 – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**



# Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

SERGIO RODRIGO SOARES VIANA

JUNHO DE 2020



Building a better  
working world

Número do documento: 20070618334056200000121981676

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334056200000121981676>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:41

Num. 123307173 - Pág. 97



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Ref.: Relatório Factual Preliminar  
Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

---

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.



**ÍNDICE**

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES .....	2
1. ESCOPO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO .....	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
4. RESULTADOS .....	8



## ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

## 1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Sergio Rodrigo Soares Viana", ("Sergio Viana", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 865.381.606-20, e com entidades a ele relacionadas (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
AllHidro Engenharia Ambiental Ltda. ("AllHidro Engenharia")	Pessoa Jurídica	28.124.082/0001-03
Gameleira Produção de Alimentos Ltda. ("Gameleira Alimentos")	Pessoa Jurídica	17.962.334/0001-49
Maria Perpetua Soares Viana ("Maria Viana")	Pessoa Física	057.989.666-82



## 2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

- 2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 10 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:
- 2.1.1. Registros corporativos;
  - 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
  - 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
  - 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
  - 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
  - 2.1.6. Registros de filiação partidária;
  - 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
  - 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
  - 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
  - 2.1.10. Registros de mídias digitais;
- 2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:
- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
  - 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
  - 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
  - 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
    - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
    - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
    - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
    - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
  - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
  - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
  - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
  - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
  - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
  - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
  - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
  - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
<b>Registros de mídia relacionados a:</b>		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Sergio Viana
Interações com agentes públicos ou administração pública		AllHidro Engenharia
Parcerias com ATI em questão		Sergio Viana AllHidro Engenharia
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
<b>Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:</b>		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		AllHidro Engenharia
Relação com Vale		-



#### 4. RESULTADOS

##### a) Sergio Rodrigo Soares Viana

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Sergio Rodrigo Soares Viana	
CPF	865.381.606-20	
Data de Nascimento	11/03/1970	
Posição	N/A	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>1</sup>
AllHidro Engenharia Ambiental Ltda. ME	28.124.082/0001-03	0.00% / 1,00% <sup>2</sup>
Gameleira Produção de Alimentos Ltda.	17.962.334/0001-49	99,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/D <sup>3</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais

<sup>1</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>2</sup> Em consulta a bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 0,00% e 1,00%, não sendo possível determinar qual é a atual.

<sup>3</sup> A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.







Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D <sup>4</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

<sup>4</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>5</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais <sup>6</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>5</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>6</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia <sup>7</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
LinkedIn <sup>8</sup>	1992 - 1996	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal LinkedIn reporta que Sergio Viana teria " <i>Bacharelado em Administração</i> " pela Universidade Federal de Viçosa.
	09/2001 - 03/2015		Publicação do portal LinkedIn reporta que Sergio Viana teria sido " <i>Micro Empreendedor Rural - Sócio Gerente</i> " na Gameleira Produção de Alimentos.
	04/2015 - atual	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal LinkedIn reporta que Sergio Viana ocuparia a função de " <i>Membro do conselho administrativo</i> " na Associação de Desenvolvimento Municipal de Pedra do Anta.
	06/2017 - atual		Publicação do portal LinkedIn reporta que Sergio Viana ocuparia o cargo de " <i>Administrador</i> " na AllHidro Engenharia Ambiental.
	09/2017 - atual		Publicação do portal LinkedIn reporta que Sergio Viana ocuparia o cargo de " <i>Diretor de administração</i> " na AllHidro Engenharia Ambiental.
	09/2018 - atual		Publicação do portal LinkedIn reporta que Sergio Viana seria " <i>Diretor financeiro</i> " na NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens.
	09/2018 - atual		Publicação do portal LinkedIn reporta que Sergio Viana atuaria na função de " <i>Diretor de administração</i> " na AllHidro Engenharia Ambiental.

<sup>7</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>8</sup> Fonte: [LinkedIn](https://www.linkedin.com). Acesso em 05/06/2020.



b) AllHidro Engenharia Ambiental Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	AllHidro Engenharia Ambiental Ltda.		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	28.124.082/0001-03		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	71.12-0-00 - Serviços de engenharia		
CNAE Secundário	37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto 39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia		
Capital Social	BRL 100.000,00		
Data de Abertura	06/07/2017		
Endereço	Rua José Alexandre Buaiz, 300, Sala 2001, 10 Vagas, Enseada do Sua, Vitória - ES, CEP: 29.050-545		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website <sup>9</sup>	<a href="#">AllHidro</a>		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação <sup>10</sup>	Função/Cargo
Claudio José Soares Viana	641.156.826-04	0,00%	Sócio-Administrador / Sócio <sup>11</sup>
Sergio Rodrigo Soares Viana	865.381.606-20	0.00% / 1,00% <sup>12</sup>	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>13</sup>	
N/I	N/A	N/A	

<sup>9</sup> A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 02/06/2020.

<sup>10</sup> O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>11</sup> Em consulta a bases de dados públicas, identificou-se registro do Target como Sócio - Administrador e Sócio, não sendo possível determinar qual seria seu cargo atual.

<sup>12</sup> Em consulta a bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 0,00% e 1,00%, não sendo possível determinar qual é a atual.

<sup>13</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	N/D <sup>14</sup>
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	08/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	02/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	01/06/2020	N/D <sup>15</sup>	

<sup>14</sup> Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 28.124.082/0001-03 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet." Acesso em 01/06/2020.

<sup>15</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 01/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.3 Bases de Conformidade		
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020	Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>16</sup> 3				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>17</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Espírito Santo	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	Espírito Santo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	17ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Espírito Santo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		03			

<sup>16</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>17</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>17</sup>		
CADE	N/A	N/I
CVM	N/A	N/I
TCU	N/A	N/I

4.5.1 Processos Judiciais <sup>18</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	0015193-12.2019.808.0545	11/06/2019	Locação de Imóvel « Espécies de Contratos « Obrigações « Direito Civil	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « Processo Cível e do Trabalho	Promovente: Luzivaldo Silva de Araujo, Promovido: AllHidro Engenharia Ambiental Ltda.

4.6 Registros de Mídia <sup>19</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Prefeitura Municipal de Linhares <sup>20</sup>	11/03/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias da Prefeitura Municipal de Linhares informa que a AllHidro Engenharia teria participado no processo de cotação de mercado realizada pela Prefeitura Municipal de Linhares para serviços e insumos que supostamente seriam utilizados no "Projeto Executivo da Estação de Tratamento de Esgoto localizado no bairro Aviso do município de Linhares/ES."
NACAB <sup>21</sup>	25/07/2019	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias NACAB informa que a empresa AllHidro Engenharia estaria entre as organizações que teriam o auxiliado o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) na confecção de laudos técnicos juntados em ação civil pública interposta pelo NACAB "na comarca de Teixeira buscando anular a licença ambiental concedida pelo Estado de Minas Gerais para operação da mineradora 'Zona da Mata Mineração', bem como para determinar que novos estudos ambientais sejam feitos e que ocorra a realização de audiência pública.

<sup>18</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>19</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>20</sup> Fonte: [Prefeitura Municipal de Linhares](http://www.pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334056200000121981676). Acesso em 08/06/2020.

<sup>21</sup> Fonte: [NACAB](http://www.nacab.org.br). Acesso em 08/06/2020.



4.6 Registros de Mídia <sup>19</sup>		
		<i>(...)Os documentos anexados na ação comprovam que os estudos ambientais feitos pelo empreendedor omitiram uma série de nascentes de água que serão impactadas pelo empreendimento, bem como um conflito pelo uso de recurso hídrico de um córrego usado de forma centenária pela comunidade. Os técnicos do NACAB comprovaram que o empreendimento afetará o uso desse recurso hídrico pelos moradores locais."</i>





c) Gameleira Produção de Alimentos Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Gameleira Produção de Alimentos Ltda.		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	17.962.334/0001-49		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	12.11-0-1- Horticultura, exceto morango		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	BRL 250.000,00		
Data de Abertura	18/04/2013		
Endereço	Fazenda Cachoeira da Providência, Sem número, Sítio Gameleira, Zona Rural, Pedra do Anta - MG CEP: 36.585-000		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	Baixada <sup>22</sup>		
Website <sup>23</sup>	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação <sup>24</sup>	Função/Cargo
Maria Perpetua Soares Viana	057.989.666-82	1,00%	Sócio
Sergio Rodrigo Soares Viana	865.381.606-20	99,00%	Sócio-Administrador
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>25</sup>	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	Nada consta

<sup>22</sup> Em consulta a Receita Federal do Brasil identificou-se que a empresa se encontra baixada, pelo motivo: "Extinção por Encerramento Liquidação Voluntária", datada em 23/03/2015. Acesso em 08/06/2020.

<sup>23</sup> A busca de websites é limitada ao nome do Target e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o Target. Acesso em 02/06/2020.

<sup>24</sup> O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>25</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	08/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	02/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	01/06/2020	N/D <sup>26</sup>	
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos
Doações Eleitorais

<sup>26</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 01/06/2020.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.4 Vínculos Políticos				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente <sup>27</sup>				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>28</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

<sup>27</sup> A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>28</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

#### 4.5.1 Processos Judiciais<sup>29</sup>

- Informações Adicionais (caso aplicável)

Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

#### 4.6 Registros de Mídia<sup>30</sup>

Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

<sup>29</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>30</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

d) Maria Perpetua Soares Viana

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Maria Perpetua Soares Viana	
CPF	057.989.666-82	
Data de Nascimento	27/07/1935	
Posição	Mãe de Sergio Rodrigo Soares Viana	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação <sup>31</sup>
Gameleira Produção de Alimentos Ltda.	17.962.334/0001-49	1,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/D <sup>32</sup>
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	02/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta

<sup>31</sup> As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

<sup>32</sup> A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	01/06/2020		N/D <sup>33</sup>
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D <sup>34</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>35</sup>							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios

<sup>33</sup> Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 01/06/2020.

<sup>34</sup> Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral." Acesso em 08/06/2020.

<sup>35</sup> As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao Target em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do Target e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better  
working world

São Paulo Corporate Towers  
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909  
8º andar - Torre Norte  
Itaim Bibi - 04543-011  
Fone: +55 11 2573-3000  
São Paulo, SP, Brasil  
[www.ey.com.br](http://www.ey.com.br)

4.5 Processos Judiciais e Administrativos <sup>35</sup>							
				ou violação de direitos humanos			
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais <sup>36</sup> - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia <sup>37</sup>			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

<sup>36</sup> As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

<sup>37</sup> A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

**Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE**

**Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024**

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S** (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente à Affonso Henrique Lima Zuin (“Affonso”), inscrito no CPF 579.670.326-91, Presidente da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (“FACEV”), entidade parceira que atuará na Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3 – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”)<sup>1</sup>.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

**ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**

<sup>1</sup> Pág. 23 do Plano de Trabalho NACAB - versão 49.





# Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

AFFONSO HENRIQUE LIMA ZUIN

JUNHO DE 2020



Building a better  
working world

Número do documento: 20070618334056200000121981676

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334056200000121981676>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:41

Num. 123307173 - Pág. 123



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

---

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

**ÍNDICE**

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES .....	2
1. ESCOPO .....	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO .....	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
4. RESULTADOS .....	8

Restrito e confidencial  
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização  
L2 - Versão 12



## ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano

